



UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO

AN ANALYSIS OF THE NATIONAL PACT FOR LITERACY AT THE RIGHT AGE (PNAIC) FROM THE TRAINING BOOKLETS

Philippe Drumond Vilas Boas Tavares¹, Carolina Wittig Costa²

Submetido em: 20/04/2021

e24241

Aprovado em: 10/05/2021

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões a partir de um estudo bibliográfico e documental acerca da formação continuada de professores e sua relevância no âmbito educacional, tendo como objeto de estudo o programa do governo federal “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa” (PNAIC), que visa alfabetizar todas as crianças de até os oito anos de idade, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, como proposta de melhorar os índices educacionais do Brasil. Foram analisados, de forma integral, os conteúdos de 10 (dez) Cadernos de Formação do terceiro ano (2015), do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. A necessidade da formação continuada se faz em decorrência das transformações e dos desafios que emergem da sociedade, exigindo uma prática docente aprimorada como pressuposto essencial para propiciar uma educação transformadora, alicerçada em novos métodos e práticas pedagógicas, ressignificando a atuação docente e impulsionando os índices educacionais direta e indiretamente

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica. Formação Continuada. Avaliação em Larga Escala

ABSTRACT

This article presents reflections based on a bibliographic and documentary study on the continuing education of teachers and their relevance, not an educational field, having as object of study or program of the federal government the "National Pact for Literacy in the Right Age" (PNAIC), which aims at literacy all the children up to eight years of age by the end the 3rd year of elementary school with the purpose of improving educational levels in Brazil. Forms analyzed in the documentary part of the 2015 10 (ten) notebooks formation of the PNAIC. The need for continuing education is faced as a result of changes and the challenges that emerge from society, requiring an advanced teaching practice as an essential prerequisite to promote transformative education, enhanced by new pedagogical methods and practices, resignifying education or teaching indexes and promoting directly and indirectly

KEYWORDS: Basic Education. Continuing Education. Large Scale Evaluation.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (2017), na linha de pesquisa Educação, Estado e Sociedade. Especialista em Docência pelo Instituto Federal de Minas Gerais. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (2015), Membro-fundador da International Gramsci Society, IGS-Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Conhecimento e Processos Educativos e do Grupo de Estudos dos Clássicos Contemporâneos em Educação - GECCE UFV (2011-atual). Tem experiência na área de Educação Básica e Superior (Gestão e Docência), com ênfase em Pós-Graduação, Educação do Campo e Movimentos Sociais, trabalhando a temática de Sociedade do Conhecimento, suas relações com o Ensino Superior e com a formação de mestres e doutores em nível acadêmico e profissional. Parecerista de Periódicos Científicos nacionais e internacionais nas áreas Interdisciplinar e Educação. Professor Universitário e responsável pelo setor pedagógico do Departamento de Medicina da Universidade do Vale do Rio Doce

² Centro Universitário Doctum – Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores é tema de importante discussão acadêmica frente aos resultados avaliativos aferidos por órgãos oficiais e também pelas várias mudanças que justificam a necessidade de se investir na formação continuada face a uma formação inicial generalista e, algumas vezes, incipiente, em especial, aos processos qualitativos e quantitativos que permeia a Educação Básica.

Muitos estudiosos se debruçaram sobre o tema e, a partir da década de 1990, esta discussão sobre a formação continuada de professores em serviço encontra respaldo em teóricos como por exemplo, Nóvoa (1992); Libâneo (1998; 2004); Candau (1997); Morin (2000). Não obstante, a sociedade do conhecimento existente século XXI demanda a busca por inovações e soluções de problemas que já duram muito tempo na sociedade, sendo um deles a capacitação docente.

O Brasil não possui uma política de Estado consolidada nesta área e patina na tentativa de estabelecer um direcionamento no sentido de enfretamento dos baixos índices nacionais em exames de larga escala, como por exemplo, os testes do PISA, onde o país é mal avaliado tanto em leitura e interpretação de textos quanto em cálculos matemáticos. Um exemplo claro desta falta de compromisso e seriedade com estes aspectos mencionados pode ser evidenciado na nomeação recente de uma profissional oriunda da área do Direito, sem experiência comprovada com a Educação Básica, para atuar na articulação política entre estados e municípios para estabelecimento e acompanhamento de políticas educacionais para a alfabetização¹

A questão da Formação de Professores é contemplada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) que veio provocar o questionamento aos poderes públicos quanto a essa situação já naquele momento. Esta lei reflete sobre debates quanto à sua importância e trata disso em vários de seus artigos, como por exemplo, os artigos 67 e 80, respectivamente, reforçam a importância e necessidade da formação continuada.

O artigo 67 prevê e estipula que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação, trazendo essa temática em seu inciso II quanto ao aperfeiçoamento profissional continuado como uma obrigação dos poderes públicos, inclusive propondo o licenciamento periódico remunerado para esse fim. Ato contínuo, o artigo 80 da referida lei dispõe que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

¹ Maria Eduarda Manso Mostaço foi nomeada em 30 de janeiro de 2019 como Coordenadora-Geral de formação de professores da recém-criada Secretaria de Alfabetização do MEC. Formada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), ela é defensora da regulamentação do ensino domiciliar no país, uma das metas prioritárias do atual governo em relação à Educação. Servidores do ministério estranharam a nomeação de uma pessoa sem experiência para um cargo que exige conhecimento técnico. Maria Eduarda terá de articular com Estados e municípios a implementação de programas e políticas para alfabetização. A única ligação da coordenadora com a área da educação foi em seu trabalho de conclusão de curso de Direito, em que defendeu o ensino domiciliar como possibilidade alternativa à educação escolar (ESTADÃO, 2019). Disponível em <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral%3Eefensora-do-ensino-domiciliar-e-nomeada-para-coordenar-formacao-de-professores-no-mec>. Acesso em 16/04/2021.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

Portanto, por consequência, uma das prioridades em qualquer projeto de reforma educacional deve ser a formação e a consequente valorização dos professores da educação básica, que teoricamente, fica garantida com a proposta do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), mas que passa necessariamente pela melhoria da qualidade da formação, em particular dos que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental.

Surgem assim alguns questionamentos acerca desse tema como: qual a importância de se investir na formação continuada de seus professores? A Formação continuada implica positivamente em uma educação de qualidade para os educandos? Que tipo de formação continuada recebe o professor que atua no ciclo alfabetizador? Diante de tais perguntas, os educadores precisam se atentar que o tempo traz consigo diversas transformações, sejam elas tecnológicas, políticas, epistemológicas ou sociais, ocorrendo assim mudanças em várias áreas.

Por ser uma ação complexa, depende da eficácia das relações interpessoais e da capacidade de percepção humana a fim de aprimorar o trabalho docente dentro do cenário educacional. A mudança de paradigmas, imposta pela sociedade nas últimas décadas, fortaleceu a busca pela mudança da realidade tendo em vista as transformações no campo do conhecimento.

Ante o exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar o "Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa" - PNAIC - enquanto proposta governamental de formação continuada de professores para a Educação Básica. A investigação se deu por meio de levantamento de dados documentais disponíveis sobre o PNAIC nos órgãos oficiais, como a Portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), o Material de Formação do Pacto (BRASIL, 2015) e os materiais pedagógicos específicos de apoio ao professor cursista: 10 (dez) cadernos de formação, com eixos temáticos definidos utilizados à época do programa.

FORMAÇÃO CONTINUADA: PARA ALÉM DAS ABORDAGNES LIMITANTES

A formação continuada não se baseia especificamente em cursos, palestras ou treinamentos feitos de forma tecnicista e descontextualizados no interior ou exteriores da instituição em que se trabalha "[...] de modo geral, ainda prevalece uma concepção de formação transmissiva, que se desenvolve sob a forma de palestras, seminários, oficinas, cursos rápidos [...]" (GATTI, SÁ BARRETO, ANDRÉ, 2011, p. 198).

A formação continuada é algo muito mais relevante do que isso, pois abrange uma proposta epistemológica da docência que vinculando à prática pedagógica resultam em bons profissionais que fazem do conhecimento científico um verdadeiro aliado à práxis pedagógica, contemplando valores humanísticos.

Nóvoa (1992, p.25) adverte que "a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim por meio de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal".



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

A qualidade da formação continuada para professores não está associada ao número de cursos feitos ou à quantidade de simpósios, congressos e reuniões em que participou, mas, sim, à capacidade de transformar o profissional em um mediador para os alunos.

Para Sanmartí (2009, p. 21) “[...] ensinar, aprender e avaliar, são na realidade, três processos inseparáveis”. Por este motivo é essencial o educador repensar a sua prática pedagógica, essa necessidade de autoavaliação sobre sua didática e metodologia faz com que o seu ensinar seja aprimorado para obter o resultado final de qualidade que nada mais é do que a apreensão dos conhecimentos adquiridos pelo aluno.

O investimento na formação continuada do professor não se restringe apenas ao docente diretamente, é um investimento no educando também. Segundo Demo (2007, p. 11) “investir na qualidade da aprendizagem do aluno é, acima de tudo, investir na qualidade docente”. O investimento citado por Demo se refere à formação continuada que acontece dentro e fora do âmbito educacional.

É sabido que o professor necessita estar em constante processo de busca e pesquisa, a Educação quando relaciona teoria e prática, algumas vezes, pode-se divergir em ideias opostas, portanto, o profissional da área precisa complementar, aprimorar e atualizar seus conhecimentos constantemente, a fim de se desenvolver em meio às novas descobertas, sendo agente ativo de uma Educação transformadora que faça a diferença no processo educativo.

Refletir sobre a formação de professores alfabetizadores no Brasil ainda se constitui como uma demanda necessária e atual, pois questões que contemplam o campo da leitura e escrita atestam a necessidade de formação especializada do professor em defesa do direito principal de toda criança em processo de escolaridade: o direito de aprender.

Além da formação contínua, ao longo do tempo se adquire com a prática pedagógica a experiência e um olhar perceptível sobre temáticas crescentes, como o *bullying*, preconceito, baixa autoestima, falta de interesse que acarretam em dificuldades na leitura e escrita, implicando negativamente no processo de ensino aprendizagem (BARROS,

Para enfrentar tais situações é necessário que o educador esteja preparado, obtendo uma formação diferenciada que lhes permita embasamento prático e teórico para desenvolverem um trabalho que contemple a diversidade cultural e assuma a responsabilidade de sanar as dificuldades de aprendizagem existentes por parte destes alunos, muitas vezes estas práticas não são aplicadas dentro do currículo escolar e por isso a formação do professor precisa fazer a diferença sobre seu cotidiano profissional.

Morin (2000) enfatiza que uma das grandes missões da educação é preparar para o novo, para o imprevisto, para necessárias e vitais reformas do pensamento. A história é incerta, segue de forma tortuosa, cheia de desvios, inovações e acidentes. Quando um desvio ganha força ele pode se tornar a nova normalidade; e as evoluções são frutos de desvios bem-sucedidos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

A necessidade de ação continuada docente sempre se fez presente, mas atualmente, intensificou-se pelo aumento de profissionais da Educação que buscam também valorização e destaque no mercado de trabalho.

IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC

Para que a criança consiga avançar nas etapas de desenvolvimento e aprendizagem, a leitura e escrita se tornam essenciais neste processo e precisam ser bem trabalhadas pelo educador desde os anos iniciais. Sabe-se que a criança não é uma tabula rasa ao chegar à escola, desde a etapa base a própria já possui a leitura de mundo que lhe permite associar imagens da própria vivência ao que está escrito, consequentemente a leitura flui com a junção de sílabas que lhes possibilitam formar as primeiras palavras.

O educador deve possuir uma formação ancorada em uma didática inovadora, capaz de facilitar este processo e nortear o trabalho pedagógico de forma lúdica e irreverente, para tanto, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) se atentou sobre possíveis falhas existentes com as notas insatisfatórias obtidas nas escolas públicas através da avaliação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), visto que muitas crianças ainda possuíam dificuldades de leitura e escrita no ensino fundamental e, por muitas vezes, não conseguiam aprofundar-se para prosseguimento dos estudos e avanço para as demais séries.

Entre os anos de 2000 e 2010, a taxa de analfabetismo no Brasil, até os 8 anos de idade, caiu 28,2%, com variações entre os estados da federação, alcançando uma taxa de alfabetização média de 84,8% segundo dados do (IBGE 2010). Apesar deste avanço, constatou-se no mesmo Censo (IBGE 2010) que existiam variações regionais como, por exemplo, taxa de analfabetismo de 27,3% na Região Norte e 25,4% na região Nordeste. Tratava-se de uma reflexão de uma medida a ser estabelecida. Não é somente uma simples pergunta, mas está associada a um problema mais amplo e intenso em todo país.

A partir destas análises foi criado o PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa um programa cujo compromisso formal assumiu-se pelos governos; Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, no âmbito do MEC (Ministério da Educação e Cultura) a fim de sanar estas dificuldades dos alunos, propondo uma formação continuada aos professores alfabetizadores. O PNAIC foi instituído em 5 de julho de 2012, no diário oficial da União, pelo ministro de Educação na época Aloizio Mercadante Oliva, e teve seu lançamento em 8 de novembro do mesmo ano pela então presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto, em discurso ao vivo fazendo parte da estratégia, divulgação e mobilização do programa em transmissão para todo Brasil (BRASIL, 2015).

O PNAIC teve como um de seus objetivos atender à Meta de número 5 do Plano Nacional da Educação (PNE) Lei nº 13.005/2014, que estabelece e reforça a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os 08 anos de idade ao final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

(BRASIL, 2015, p.19). A criação do programa pelo governo, em parceria com o MEC, teve orientação fundante para pensar justamente na qualidade da alfabetização como locus principal na educação e, conseqüentemente, no futuro dos alunos que se encontram no processo de aprendizagem da leitura, alfabetização e letramento. A função da implementação do PNAIC, explicitada em seu manual, busca assegurar a alfabetização na idade certa para que não germine lacunas no processo de desenvolvimento da leitura e escrita para que, portanto, todas as crianças brasileiras sejam de fato alfabetizadas até os oito anos de idade, final do 3º ano do ensino fundamental, esta feita constitui-se também como um compromisso do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2014).

Vale lembrar que o programa utilizado anteriormente pelo MEC era o Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação – em 2005. Foi também um programa de formação continuada de professores em função da melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O programa foi realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios pela constatação do próprio MEC na necessidade de melhorar os resultados obtidos na prova (SAEB) Sistema de Avaliação de Educação Básica, no ano de 2003, que também obteve bons resultados (BRASIL, 2010).

O PNAIC foi estimado na época ser um programa proveniente das políticas públicas educacionais brasileiras, que enfatizam e emergem ultimamente algumas medidas a serem tomadas em função de uma educação que vá além do âmbito escolar e que esteja atrelada à implementação de programas de formação continuada de professores:

O MEC considerou o Pró-Letramento programa bem-sucedido ao investigar sobre informações mediante avaliações dos alunos a partir das mensurações do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, novos índices analisados relatavam a melhoria obtida nos resultados do rendimento escolar dos estudantes. Esse fato foi uma referência importante para implementação do PNAIC (BRASIL, 2015, p. 15).

A legislação delimita que o pacto (PNAIC) foi instituído pela portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, neste documento se encontram prescritas as diretrizes gerais deste programa governamental.

No PNAIC os entes governamentais (governos, federal, do Distrito Federal, dos estados e município) comprometem-se legalmente a:

I. Alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática. II. Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo Inep, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental. III. No caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação (BRASIL, 2012, p.11).

Sobre a participação dos professores alfabetizadores que desejavam se capacitar participando do programa, é relevante destacar que a portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012, definiu categorias para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do PNAIC; a medida provisória



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

nº 586 de 8 de novembro de 2012 dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do pacto e, a portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, define o valor das bolsas dos participantes da formação continuada do Pacto.

Na portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, é relevante destacar três dos objetivos do Pacto Nacional elencados no artigo 5º:

- I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
- III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;
- V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental (BRASIL, 2012).

Em se tratando da formação continuada é necessário repensar novas práticas docentes, inovar em processos educativos utilizando novas abordagens e metodologias, para que os professores estejam preparados motivados, comprometidos e envolvidos no processo de alfabetização, possuindo um conhecimento especializado e abrangente. No que se refere às ações previstas para o Pacto, elas compreendem os quatro seguintes eixos apresentados no artigo 6º da portaria nº 867/2012: I-Formação continuada de professores alfabetizadores; II- Materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais; III- Avaliação e IV- Gestão, controle e mobilização social (BRASIL, 2012).

Através da portaria nº 867/2012, pode-se observar que a questão da formação continuada de professores permeia simultaneamente com a perspectiva de avaliação, pois se mostram através de pontos estratégicos do referido programa.

No ano de 2013, os professores participaram de um curso presencial com carga horária de 120 horas, objetivando articulação com componentes com ênfase na linguagem. Em 2014 o curso teve duração de 160 horas com objetivo de aprofundamento e ampliação dos temas tratados em 2013, tendo como foco a articulação entre diversos componentes curriculares, dando ênfase à Matemática (BRASIL, 2015).

Em 2015 as ações do PNAIC foram implantadas em todas as áreas do currículo da Educação Básica em âmbito nacional. Essa formação teve início com a formação dos formadores IES (Instituições de Educação Superior) nas universidades parceiras. O PNAIC aperfeiçoou-se otimizando seus processos no módulo Sispacto por sistema integrado de monitoramento, execução e formação Simec, implantado na época que pôde ser acessado com o uso da internet a qualquer momento e de qualquer computador, proporcionando agilidade e transparência aos processos de elaboração, análise e monitoramento das ações do PNAIC.

Faz-se necessário aqui o esclarecimento quanto à permanência dos participantes do PNAIC de 2014 pelas instituições públicas e os entes governamentais pactuados que automaticamente já ficaram cadastrados para a nova etapa em 2015.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

Para fins de participação da Formação e recebimento das bolsas, considera-se professor alfabetizador o profissional que atenda os seguintes requisitos; I – Estar cadastrado no Censo Escolar do ano anterior no momento da constituição da turma de professores alfabetizadores. II – Estar no exercício da função docente de turmas do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental e/ou nas classes multisseriadas ou multietapas de alunos desses anos. Serem profissionais do magistério efetivo da rede, ser formado em Pedagogia ou ter Licenciatura e atuarem no mínimo três anos nas séries iniciais do ensino fundamental, como professor ou coordenador pedagógico, cumprindo critérios e requisitos documentalmente comprovados pelo orientador à Secretaria de Educação do Município.

Os orientadores são escolhidos em processo de seleção pública e transparente, livres de grau de parentesco e proximidade pessoal, respeitando estritamente os pré-requisitos básicos para a função e experiências exigidas, respeitando os seguintes requisitos: I; Ser professor efetivo da rede pública e ensino que promove a seleção. II; Ter sido tutor do programa Pró-Letramento anteriormente citado neste trabalho ou ter participado do PNAIC em anos anteriores. III; Ter disponibilidade para dedicar-se ao curso e à multiplicação junto aos professores alfabetizadores

Quanto à remuneração e pagamento das bolsas dos professores participantes, a portaria nº 1.458/2012 dispõe sobre que a bolsa dos professores alfabetizadores será financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e sobre os respectivos valores a portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, no artigo 1º, incisos I e II respectivamente, definem os seguintes valores; bolsa de R\$ 200,00 (duzentos Reais) para os professores alfabetizadores e de R\$765,00 (setecentos e sessenta e cinco Reais) para os professores orientadores.

Sucedendo ser um valor considerado irrisório ou ainda assim decretado “ajuda de custo” percebe que o fato de receber algo do governo em função do progresso da Educação, dá visibilidade e valorização ao trabalho docente classificando um avanço na época de reconhecimento na política de formação docente pelo MEC.

Os coordenadores de ações do PNAIC do Distrito Federal, nos estados ou nos municípios, serão indicados pela Secretaria de Educação e deverão atender aos seguintes requisitos cumulativos: I; Ser servidor efetivo da secretaria de Educação. II; Ter experiência na coordenação de projetos ou programas federais; III; Possuir amplo conhecimento nas redes de escolas, dos gestores escolares e dos docentes envolvidos no ciclo de alfabetização. IV; Ter capacidade de se comunicar com os atores locais envolvidos no ciclo de alfabetização. V; Ter familiaridade com os meios de comunicação virtuais.

Exclusivamente as Universidades Federais de cada município ficarão sucumbidas de fornecer e divulgarem o curso do PACTO na sua respectiva unidade. O coordenador geral da IES (Instituição de Ensino Superior) receberá o valor de R\$2.000,00 (Dois Mil Reais), o coordenador adjunto da IES: R\$ 1.400,00 (Mil e Quatrocentos Reais) ao supervisor da IES: R\$1.200,00 (Mil e Duzentos Reais) ao formador da IES o valor de R\$ 1.100,00 (Mil e Cem Reais).

A divergência na comparação valorativa se estabelece nitidamente já que os professores cursistas do referido programa anteriormente denominado Pró-Letramento não recebiam sequer



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

nenhuma ajuda de custo causando certo detrimento do incentivo à capacitação profissional continuada porque muitos Educadores, ao se deslocarem de suas residências, municípios ou por muitas vezes da zona rural, tinham gastos com transporte, alimentação e por muitas vezes com hospedagem e esse valor seria de suma importância para suprir todas estas necessidades financeiras que viabilizavam continuidade a este trabalho.

Vale aqui destacar que o PACTO era realizado fora do expediente e jornada de trabalho do professor e, na maioria das vezes, acontecia aos sábados ou fora do horário letivo, com duração de 20 horas semanais com carga horária total de 100 horas. Percebe-se pelos relatos de alguns participantes do programa que o mesmo foi algo fascinante, pois mesmo com a jornada dura de trabalho semanal e as dificuldades enfrentadas para que os mesmos comparecessem à capacitação o interesse e motivação era tal qual que fazia com que os mesmos tivessem o comprometimento com a Educação em si na perspectiva de melhorar o seu trabalho docente saindo do local com ideias a serem colocadas em prática de forma imediata.

A atenção e direcionamento dos recursos destinados a estes cursos se tornam cada vez mais escassos mediante cada troca de poder visto que repetidamente não é algo atrativo nas concepções governamentais que buscam, na maioria das vezes, em seus planos de governo, economicamente dizendo; a redução de custos, investimentos e proficuidade dos mesmos, além do mais formar cidadãos críticos e conscientes despertam certo receio, visto que a sabedoria rebela-se contra o sistema opressor capitalista ocasionando empoderamento e autonomia social.

A valorização destes educadores precisa partir do compromisso do governo para com os mesmos. As instituições de ensino ganham muito ao possuírem em seu quadro de professores um profissional capacitado que busca sempre a formação continuada e possui apoio e recursos suficientes para realização de um bom trabalho. Ao aprimorarem sua didática os professores certamente desenvolverão positivamente o seu trabalho pedagógico, que proporciona a qualidade de ensino e aprendizagem de seus alunos, contribuindo juntamente para o progresso da Escola e todos os seus segmentos.

Obviamente cabe destacar que na época houve vários aspectos positivos e vários desafios que se colocaram em questões a serem ajustadas e revistas. A principal delas seria o compromisso dos dirigentes que estavam à frente das escolas estaduais e municipais à divulgação e distribuição do material pedagógico do referido programa que chega às escolas, fomentando e mobilizando a participação efetiva de seus professores neste processo tão importante de formação continuada em benefício da qualidade do ensino com a promoção dos princípios do programa em sua escola.

A meta do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), proposta para os anos iniciais do ensino Fundamental no ano de 2013, era de 4.9, através do PNAIC e com sua implementação estas metas aumentaram nacionalmente para 5.2. A média das Escolas Estaduais, com meta de 5.0, obteve nota de 5.4 e Escolas Municipais com meta a ser atingida de 4.5, obteve nota 4,9. Os resultados foram satisfatórios e significativos, mas o trabalho ainda não tinha acabado, pois em 2015 seriam



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

iniciadas novas reflexões do Pacto nas diversas áreas de conhecimento em função de todas as crianças brasileiras.

O PNAIC foi, sem dúvida, uma excelente estratégia de um bom governo no campo da Educação na época, o qual não podemos deixar de reconhecer a sua importância e frisar que deveria ser um programa contínuo e que permanentemente exercesse um trabalho contínuo, incentivando a capacitação profissional e formação continuada docente, aprimorando assim o trabalho pedagógico, traçando novas metas de aprendizagem e didática em benefício do processo de ensino aprendizagem dos alunos.

CORPUS DA PESQUISA

O material usado no ano de 2015, analisado em tese, aborda os conteúdos de 10 (dez) Cadernos de Formação do terceiro ano do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. A escolha por este ano em específico se deve à completude e disponibilidade, física e virtual do mesmo, contribuindo para uma análise mais pormenorizada.

Em 2012, muitas universidades começaram a constituir as equipes de formação que atuaram nos mais de 5 mil municípios que aderiram às ações do programa PNAIC. Foi um momento de aprendizado para todos os participantes: gestores, coordenadores, supervisores, orientadores e professores devido à dimensão do programa e a universalidade de seu alcance.

Recapitulando, o PNAIC do ano de 2013 ficou marcado pela implantação deste projeto de grande escala: o maior programa de formação de professores já desenvolvido pelo Ministério da Educação – MEC. Em 2014, o trabalho de formação delimitou ênfase na Matemática, não abandonando o trabalho desenvolvido anteriormente com a Língua Portuguesa. Adiante o processo exigiu articulação entre as universidades parceiras e o MEC, possibilitou a manutenção das equipes de formadores de Linguagem, trabalhando conjuntamente com equipe de formadores de Matemática, inovando e dando continuidade às duas áreas.

Com as reuniões entre as Universidades, o MEC optou-se por considerar a interdisciplinaridade como a baluarte do trabalho de formação no ano de 2015, mantendo as discussões nas especificidades das diferentes áreas.

O material do PNAIC de 2015, especialmente em específico, contou com a opinião de todos os profissionais das universidades convidados que elaboraram a dinâmica de trabalho indicando autores e leitores críticos para sua construção perpassando a tônica da interdisciplinaridade. O material tratou-se de um conjunto de 12 cadernos, sendo um caderno de Apresentação, um caderno de Princípios de Gestão e a Organização do Ciclo de Alfabetização e 10 cadernos de formação.

Pesquisando especificamente o material do ano de 2015, o mesmo mostra um conjunto de cadernos que se subdividem organizados em 10 unidades, totalizando 80 horas, fora o seminário de encerramento do mesmo que são acrescidas 08 horas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

Abaixo segue uma descrição dos conteúdos dos 10 (dez) Cadernos de Formação do terceiro ano (2015) do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, especificamente em sua descrição sobre a unidade correspondente, a carga horária e seus respectivos títulos de apresentação.

Quadro 01: Material PNAIC

Unidade	Horas	Título do Caderno
01	80	Currículo na Perspectiva da Inclusão e da Diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
02	80	A criança no ciclo de Alfabetização
03	80	Interdisciplinaridade no ciclo da Alfabetização
04	80	A organização do trabalho escolar e os recursos didáticos na alfabetização
05	80	Organização da ação docente: a oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização
06	80	Organização da ação docente: a arte no ciclo de alfabetização
07	80	Organização da ação docente: alfabetização matemática na perspectiva do letramento
08	80	Organização da ação docente: ciências da natureza no ciclo de alfabetização
09	80	Organização da ação docente: ciências humanas no ciclo de alfabetização
10	80	Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa: integrando saberes

Fonte: Adaptação de Ministério da Educação. PNAIC (BRASIL, 2015).

No caderno de apresentação do material de formação do PNAIC de linguagem foi ressaltado que ser alfabetizado é muito mais do que dominar apenas rendimentos. Estes rendimentos se fazem



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

além da apreensão e domínio da leitura e escrita. O leitor alfabetizado é aquele que, além da leitura e escrita se apropria socialmente, compreendendo a mensagem descrita nos textos pois há existência de pessoas analfabetas funcionais, que leem, mas não se apropriam do conhecimento e informações descritas por exercerem uma leitura rudimentar.

Isso se dá pela falha na alfabetização que não foi trabalhada de maneira correta. Neste contexto, seguindo a respeito dos cadernos, os mesmos trazem todo um roteiro que aborda conceitos importantes de linguagem e matemática, interdisciplinaridade, ciclo de alfabetização, diversidade, ciências humanas, organizações das ações docentes entre outros que permitem ao educador utilizar métodos e técnicas para atender os objetivos da Educação e auxiliar no processo de ensino aprendizagem, tendo em vista eixos norteadores de todo trabalho.

A prática da flexibilidade pautada na teoria e prática em sala de aula para reelaboração das mesmas viabiliza a construção da identidade profissional, a socialização, o fortalecimento do saber mediante grupos de estudo, o engajamento e a colaboração que são aspectos valorativos que permitem ao Educador conceber um aprendizado que permita exercer a participação, o respeito, a apropriação, a solidariedade e conseqüentemente a potencialização do conhecimento.

A perspectiva do currículo inclusivo é contemplada por meio da defesa dos direitos de aprendizagem de toda criança. Existem cinco princípios centrais que orientam a concepção dos Cadernos de Formação:

- Perspectiva de um currículo inclusivo, que defende os Direitos de Aprendizagem de todas as crianças, fortalecendo as identidades sociais e individuais;
- Integração entre os componentes curriculares;
- Foco central na organização do trabalho pedagógico;
- Seleção e discussão de temáticas fundantes em cada área do conhecimento;
- Ênfase na alfabetização e letramento das crianças.

APRESENTAÇÃO SINTETIZADA DOS CADERNOS PNAIC 2015

Caderno nº 1: “Currículo na Perspectiva da Inclusão e da Diversidade: As diretrizes curriculares Nacionais da Educação Básica e o Ciclo de Alfabetização”

O material deste caderno visa orientar aos professores sobre refletirem principais pressupostos teórico-metodológicos do currículo no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e acerca dos diferentes espaços-tempos de criação do currículo no cotidiano escolar, aprofundar a compreensão sobre os princípios e os fundamentos da organização escolar em ciclos, refletir acerca dos direitos de aprendizagem no Ciclo de Alfabetização, aprofundar a concepção de avaliação defendida neste programa de formação continuada, compreender a importância das práticas avaliativas inclusivas no currículo, refletir sobre os desafios e as possibilidades do Ciclo de Alfabetização para as escolas do campo, dialogar limites e perspectivas da organização curricular das escolas multisseriadas,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

ampliar os conhecimentos sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, dialogar com práticas pedagógicas realizadas em turma do Ciclo de Alfabetização, compreender a importância da diversidade linguística no Ciclo de Alfabetização, as implicações dessa diversidade para o currículo e seus desafios na melhoria da educação básica.

Na perspectiva do PNAIC, a inserção das crianças em situações desafiadoras e contextualizadas para o efetivo uso da linguagem escrita não pode prescindir da compreensão, por elas, dos princípios do sistema de escrita alfabética. Ao contrário, a autonomia na leitura e na escrita é tida como condição necessária à ampliação de suas práticas de letramento e ao aprofundamento de seus conhecimentos nas diversas áreas.

A manifestação cultural da dança, música e ritmo, assim como o malabarismo da língua para vocalizar rapidamente os trava-línguas, podem ser considerados como parte dos universais humanos e, por essa razão, todos temos essas “tendências” desde que nascemos. Dessa forma, a apropriação de atividades que valorizam e integram esses universais humanos pode propiciar um transcurso natural para a criança partir do que ela já tem, como natureza humana, para a educação fundamental formal e escolar. E ao conhecer as origens dessas manifestações culturais, com semelhanças e diferenças, a criança não vai estranhar nem discriminar pejorativamente as identidades individuais e coletivas. Para favorecer tais apropriações, os professores dos primeiros anos podem incorporar contextos ou aplicações matemáticas. O caderno traz exemplos de atividades adaptadas para se trabalhar em sala de aula no sentido inclusivo trabalhando a diversidade.

Caderno nº 2: “A criança no ciclo de Alfabetização”

Este caderno apresenta discussões em torno do tema, provocando debates sobre a necessidade de desenvolver no ambiente escolar ações pedagógicas defendendo a compatibilidade entre ser criança e ingressar no mundo da cultura e escrita, tendo como objetivo de refletir conceitos de “criança” e infância,” compreendendo suas relações socioculturais, reconhecendo a importância da afetividade, educação no campo, processo da inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental e a transição dela para segunda etapa da Educação Básica, reconhecendo, compreendendo a necessidade de se reconhecer as crianças como seres humanos completos.

Os objetivos deste material visam refletir sobre os conceitos de “criança” e “infância” e sua pluralidade, compreendendo-os enquanto produtos das relações socioculturais, compreender e valorizar a importância do lúdico no desenvolvimento infantil, dentro do processo educativo da criança, analisar o processo de inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental e a transição dela da Educação Infantil para essa segunda etapa da Educação Básica, compreender a escrita e a infância como construções sociais e como conceitos complementares e inter-relacionados, além de refletir sobre infância e educação inclusiva como direito de todos, discutindo alguns pressupostos sobre a Educação do Campo e as identidades sociais das crianças do campo, faz-se fundamental que os educadores



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

reconheçam a importância da afetividade na sala de aula e na escola, compreendendo a necessidade de um olhar integral sobre a infância.

O caderno é composto por sugestões, planejamento e sequência de atividades, com utilização de um dos livros do acervo de Obras Complementares palavra cantada, jogos de alfabetização, livros de adivinha, musicalização, brincadeiras, enfim, o “ser” criança em si. Delimita sugestões de leitura dos textos “Infância e Educação Inclusiva como Direito de Todos” e “Identidade, Escola e Educação do Campo” e constrói um esquema de cada texto, contendo as suas principais ideias, para serem discutidas nos demais encontros.

A atividade para o educador aplicada sugeriu escrever um artigo de opinião a ser lido para colegas do grupo no próximo encontro, sobre o seguinte tema: “A criança é um ser total, completo, indivisível”.

A atividade para casa foi a sugestão da leitura de uma das obras indicadas na Seção “Para aprender mais” e elaborar uma questão a ser discutida no próximo encontro, também vivenciando a sequência didática ou atividade planejada, com utilização de um dos livros do acervo de Obras Complementares indicados na atividade 4, do momento 2, para socializarem no próximo encontro. A finalidade deste caderno foi a compreensão da pessoa humana como um ser integral constituído de várias dimensões, a partir de uma trama dinâmica e complexa, e que a escola, como um dos contextos de desenvolvimento de crianças e jovens, tem, mesmo que não se queira admitir, a responsabilidade pela formação integral desses alunos.

Esta unidade apresentou que as dimensões e a pessoa humana se constituem fortemente relacionadas. Isso significa que, ao cuidar de uma dessas dimensões, estaremos também naturalmente ajudando a desenvolver as outras. Neste caso, se inteligência e afetividade se constroem reciprocamente, numa relação complexa e de interdependência, pode-se apostar também em uma sequência invertida, como nos propõe Galvão (2003). Isto é, mostrou que o êxito intelectual do aluno pode ter um impacto muito positivo em sua vida afetiva.

Quanto melhor a condição de desenvolvimento que a escola promove, tanto maior o refinamento das trocas afetivas na direção do respeito, da colaboração, da solidariedade, da dignidade e da valorização de cada um, algumas atitudes e posturas dos professores ajudam a fortalecer a autoestima, a autoconfiança e o autoconceito do aluno e devem ser trabalhadas e usadas para fomentarem a aprendizagem significativa e potencializar a função cognitiva, pois alimentam sentimentos positivos sobre eles mesmos e sobre a criança no ciclo de alfabetização.

A afetividade deve ser canalizada para produzir conhecimento, não há como negar que, na escola, professores e alunos são, sim, sujeitos de afeto. O professor desempenha o papel de mediador entre os alunos e o conhecimento e essa mediação será de natureza tanto afetiva como cognitiva. Então o correto não é negar a importância da afetividade na sala de aula, ou usá-la apenas como explicação para problemas trazidos pelos alunos de suas casas e famílias para dentro da escola, mas, sim, de reconhecê-la e usá-la a favor do desenvolvimento integral desses alunos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

O material conta no final com relatos de professoras comprometidas com sua prática e das experiências com seus alunos que revelam que, apesar das dificuldades do exercício docente nas escolas brasileiras, conseguiram êxitos por estarem abertas a querer o bem de nossos alunos e aprimorar a nossa própria prática educativa.

Concluindo o material, mostra que a afetividade e cognição, ou cognoscibilidade, como gostava de dizer Freire, não são excludentes, a afetividade não pode nos assustar, pois é preciso coragem para expressá-la e assumi-la, a cada dia, em sala de aula. Não precisamos de receitas prontas ou complicadas; precisamos apenas cumprir nosso papel com responsabilidade, compromisso, tolerância, respeito mútuo, confiança recíproca e sentido de humanidade.

Caderno Unidade nº 3: “Interdisciplinaridade no Ciclo de Alfabetização”

Este caderno traz questões conceituais como a reflexão sobre a difícil tarefa de articular as diversas áreas do conhecimento no processo de alfabetizar letrando. Os objetivos deste caderno são: compreender o conceito de interdisciplinaridade e sua importância no ciclo de Alfabetização, o currículo e a avaliação como perspectiva interdisciplinar, conhecendo as possibilidades do uso da leitura e trabalho pedagógico interdisciplinar.

A interdisciplinaridade não é um tema novo ou atual nas escolas, nem no cenário educacional, desde a década de 1960 vem-se discutindo e reivindicando se este debate deve ser considerado como prática em sala de aula. O trabalho com a interdisciplinaridade ainda parece ser um desafio para o professor, porém este caderno considerou que a organização das atividades por meio de sequências didáticas pode ajudar o docente a desenvolver um trabalho mais integrador.

A complexidade da realidade do aluno exige que uma visão específica e ao mesmo tempo ampla em torno do objeto de conhecimento seja estabelecida. Para que o aluno construa sua aprendizagem, o mesmo necessita ser ativo nesse processo. Assim ensinou-se neste material que o professor deve propor situações didáticas que levem os alunos a resolverem problemas específicos e sistematizar seus conhecimentos por meio de atividades que apresentem graus de complexidade distintos.

Os projetos literários aqui são discutidos principalmente para estudo voltado para jornais e notícias que surgem a partir de uma discussão sobre as histórias. As atividades aproveitam para problematizar se todas as histórias contadas são imaginárias, por meio das perguntas: “Será que existem textos que narram fatos reais?”; “Quem narra histórias são apenas autores de livros de literatura?”; “As histórias para serem narradas devem ter acontecido há muito tempo ou podemos ler sobre histórias e fatos atuais, que acontecem em nosso dia a dia?”; “Onde encontramos textos que narram fatos reais que acontecem em nosso dia a dia?”. Todos estes questionamentos levarão as crianças a pensarem e a relacionarem a sua realidade para composição de suas próprias histórias.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

Caderno nº 4: “A organização do Trabalho Escolar e os Recursos Didáticos na Alfabetização”

Este caderno tem como objetivo focar nos recursos didáticos como auxiliares no processo de alfabetizar letrando. Reflexão sobre os livros didáticos e seus usos, critérios, obras literárias complementares, jogos e o uso de tecnologias digitais.

Os objetivos deste caderno visam compreender diferentes necessidades e elementos essenciais para a organização do ensino na alfabetização, como analisar e elencar critérios para a seleção e utilização de livros didáticos conhecendo as diferentes possibilidades de uso de obras complementares e livros literários na alfabetização, o planejamento de atividades com jogos didáticos existentes nas escolas para a alfabetização, bem como em situações de jogos elaborados coletivamente pelas crianças, a exploração de atividades de alfabetização que envolvam novas tecnologias digitais, com uso de computadores e internet.

O material traz a relevância de pesquisar textos em prosa e versos, explorando imagens de livros, organizando ambientes de leituras atrativos para as crianças. Com base na análise do material a formação continuada no âmbito do PNAIC, apoiada por materiais pedagógicos enviados pelo MEC, favoreceu os professores a experimentarem o trabalho interdisciplinar mais efetivo do que se tinha até então.

Ficou claro também nesta unidade que os recursos didáticos quando não disponíveis podem ser criados por meio de materiais reciclados com ideias que ao longo da experiência vão se consolidando naturalmente mediante a necessidade, reconhece no entanto, que, apesar das dificuldades, a vontade de fazer dos professores, molda-se num processo de maior amadurecimento, que compreende-se como sendo de ampliação dos conhecimentos sobre “o como fazer” frente à complexidade, tratando componentes diversos no Ciclo de Alfabetização de forma positiva a fim de auxiliar este exercício de trabalhar agregando áreas diferentes dos currículos, e ainda materiais pedagógicos também diversos

Caderno nº 5: “A Oralidade, a Leitura e a Escrita no ciclo de Alfabetização”

Trata-se de uma retomada e aprofundamento dos conceitos abordados de dois anos anteriores de formação do PNAIC que não se trata de apenas enfatizar que a alfabetização é somente o processo em que as crianças aprendem a ler e escrever, mas também a falar e a escutar em diferentes contextos sociais, representando os meios de apropriação dos conhecimentos relevantes para a vida.

O material desta unidade visou refletir sobre a concepção de alfabetização na perspectiva do letramento e suas implicações para a ação docente, analisar práticas alfabetizadoras, apreendendo os princípios pedagógicos subjacentes a elas, planejar o ensino no Ciclo de Alfabetização, para garantir os direitos de aprendizagem das crianças, refletir sobre as inter-relações entre oralidade e escrita, e reconhecer a diversidade e a heterogeneidade de gêneros discursivos escritos e orais, e suas implicações no trabalho pedagógico do componente Língua Portuguesa, no Ciclo de Alfabetização.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

Visou nesta unidade se compreender também que os usos do oral e do escrito se complementam nas práticas de letramento, a fala e a escrita se relacionam em vários níveis, dos aspectos sociodiscursivos aos aspectos notacionais.

O material ressalta que o ensino da Língua Portuguesa, ao longo da história da Educação brasileira, tem passado por muitas mudanças, que abrangem desde a definição dos objetos de ensino até os modos de ensinar. Em relação à alfabetização, as transformações têm sido realizadas em meio a embates frequentes sobre o que é alfabetizar e quais são as melhores estratégias para garantir a alfabetização das crianças. São abordagens sintéticas, que privilegiam o treino motor e perceptual, disputam espaço com abordagens mais enunciativas, que privilegiam a reflexão e a inserção do aprendiz nas práticas sociais em que a escrita se faz presente.

Em âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (doravante PNAIC), a abordagem da alfabetização na perspectiva do letramento foi adotada buscando favorecer situações que propiciem a aprendizagem e funcionamento do sistema de escrita alfabética, articulando simultaneamente às aprendizagens que se referem aos usos sociais da escrita e da oralidade.

Além disso, defende-se nesta unidade que a alfabetização é o processo em que as crianças aprendem não somente a ler e a escrever, mas também a falar e a escutar em diferentes contextos sociais, e que a leitura, a escrita, a fala e a escuta representam meios de apropriação de conhecimentos relevantes para a vida.

Desse modo, os objetivos deste Caderno são: refletir sobre o ensino da oralidade na escola, considerando os objetivos didáticos e as interfaces que estabelece com a escrita, refletir sobre o ensino da leitura e da escrita no Ciclo de Alfabetização, para compreender os dois processos e suas interligações, compreender os pressupostos da defesa do trabalho sistemático para o ensino do Sistema de Escrita Alfabética, com vistas a garantir os direitos de aprendizagem das crianças, no Ciclo de Alfabetização, refletir sobre a integração entre Língua Portuguesa e os demais componentes curriculares, para planejar situações didáticas interdisciplinares.

Concluindo a análise, observa-se que o caderno evidencia a vivência da leitura como objeto de conhecimento em si, em situações em que o ler o texto – por exemplo, a letra da música e os poemas com a identificação de palavras se objetivem propiciar a escrita e oralidade das crianças que ainda não haviam se apropriado das mesmas, bem como ainda não haviam desenvolvido habilidades de decifração. O educador deve fazer o reconhecimento global de palavras mais familiares e estabelecer relações de decodificação, de conversão do escrito em oral que, embora não sejam suficientes à leitura como compreensão, são imprescindíveis ao alcance da leitura autônoma.

Caderno Unidade de nº 6: “A arte no ciclo de Alfabetização”

É vista e tomada como um tema em que destaca a arte na contemporaneidade, conceitos históricos e metodológicos com sequências didáticas, refletindo a especificidade no ensino da Arte e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

suas diferentes linguagens artísticas (Artes Visuais, Música, Dança e Teatro), compreendendo o ensino da arte, seus desafios e possibilidades no ciclo de Alfabetização.

Os objetivos desta unidade visam refletir sobre os principais pressupostos teórico-metodológicos do Ensino de Arte na contemporaneidade, compreender as especificidades do Ensino da Arte das diferentes linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro). Refletir sobre os desafios e possibilidades do Ensino de Arte no ciclo de alfabetização, compreendendo a importância do Ensino de Arte na formação de crianças e professores do ciclo de alfabetização.

A unidade possibilitou o conhecimento aos educadores que participaram de como se trabalhar usando os Jogos Teatrais na sala de aula, no ciclo de alfabetização. O trabalho com os três princípios do Jogo Teatral traz alguns elementos da linguagem do teatro, são eles: lugar da ação/cenário – onde; alguém que faz/personagem – quem; a problemática/conflicto – o que. Esse trabalho orientou que a partir dessa compreensão o educador poderá, numa atividade lúdica na estrutura do Jogo Teatral, fornecer aos seus alunos uma indicação e noções de tempo, espaço e lugar identificando por exemplo: onde: casa abandonada, quem: um grupo de amigos, o que: a descoberta de um baú dourado.

A atividade propõe dividir a turma em pequenos grupos, dá-se um tempo para ensaios e experimentações e logo depois cada grupo mostra sua criação para os demais, havendo assim um revezamento nos espaços de quem faz e quem observa/plateia. Num segundo passo dessa atividade, após cada grupo mostrar sua criação, os observadores/plateia se colocam diante do apresentado. Importante ressaltar que não se trata aqui de um momento de “julgamento”, mas de apreciação, em que os alunos terão.

O Ensino do Teatro enlaça contribuições particulares para a formação do aluno do ciclo de alfabetização e contribui nas relações sociais, em particular para a educação da sua imaginação dramática, sendo, portanto, comprometido com a formação do olhar e com a experiência cênica. O ensino da arte é importante e precisa ser trabalhado, em se tratando do Teatro, o mesmo garante o contato dos estudantes com fatos e acontecimentos da história do Teatro, com a experimentação do fazer teatral e sua apreciação/fruição, para que possam realizar leituras de mundo mais complexas e sensíveis, ampliando seu repertório cultural e estético. A arte precisa ser trabalhada à fim de propiciar a formação humana artística e cultural da criança.

Caderno nº 7: “Alfabetização matemática na perspectiva do letramento”

Ênfase do PNAIC de 2014, a alfabetização matemática na perspectiva de letramento é retomada aprofundando a disciplina dos aspectos fundamentais de seu trabalho e reflexão de ações didáticas que integram diferentes áreas de conhecimento por meio de conceitos matemáticos.

O Caderno de Jogos na Alfabetização Matemática, do PNAIC, traz sugestões e ensina a construção de jogos que podem ser utilizados no ensino de Matemática no Ciclo de Alfabetização. A vantagem de se trabalhar com jogos é que por meio deles as crianças aprendem a agir, têm a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

curiosidade estimulada, adquirem iniciativa e autoconfiança, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração.

Além do mais a interação com os outros colegas acontece trabalhando com conteúdos matemáticos de forma divertida, despertando interesse, cultivando atitudes positivas no ensino aprendizagem da Matemática que se constitui um dos grandes desafios a ser enfrentado no Ciclo de Alfabetização. Professores, Gestores e Formadores de professores deverão considerar a importância de gerar sentimentos e emoções positivas, tanto em relação ao ensino quanto em relação à aprendizagem.

Caderno nº 8: “Ciências da Natureza no Ciclo de Alfabetização”

Este caderno apresenta discussões teóricas de sugestões práticas para se trabalhar com conteúdos ligados às Ciências da Natureza e contextos de Alfabetização científica, a premissa caracterização do “fazer Ciência”, seu percurso histórico e sua importância nos diferentes espaços de Educação: A experimentação, Tecnologia e Sociedade nas diferentes linguagens de Alfabetização Científica.

Os objetivos deste caderno se pautam no conhecimento das Ciências da Natureza em um processo que envolve curiosidade, busca de explicações por meio de observação, experimentação, registro e comunicação de ideias, utilizando diferentes linguagens, entendendo os movimentos do “fazer Ciência” reconhecendo o seu papel neste processo. A unidade trabalha com experimentos em Ciências entendendo-os como modelos para o estudo da realidade, auxilia identificar problemas que podem ser resolvidos pelo “fazer Ciência”, coletar dados, levantar hipóteses e propor modos de investigá-los, caracteriza as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade de modo a explicar, argumentar e se posicionar a respeito do mundo que o cerca, faz-se experimentar as potencialidades das tecnologias na Alfabetização Científica, ler e interpretar textos de divulgação científica de livros didáticos, livros paradidáticos e de literatura e aprender a perceber as possibilidades de se “fazer Ciência” e de se aprender Ciências nos diferentes espaços de Educação.

A Ciência é a disciplina que se preocupa em investigar os fenômenos reais para enunciar verdades sobre eles, isso não quer dizer que a Ciência trabalha com verdades absolutas, pois as interpretações para os fenômenos podem ser revistas e modificadas.

Nesta unidade foi ressaltada a importância de se discutir com os alunos o fato de que o conhecimento científico é parcial, provisório e inacabado porque a produção científica muda de acordo com a época em que é realizada. Isso pode ser trabalhado colocando as crianças em situações nas quais possam questionar as explicações científicas, sempre se perguntando: É assim mesmo? Sempre foi assim? Isso pode mudar? Isso é chamado de atitude científica, importante para a Alfabetização Científica não ser caracterizada pelo senso comum.

O senso comum, assim como as tradições, pode revelar verdades, mas essas verdades precisam ser validadas pela comunidade científica para que alcancem, um caráter científico. Aparece,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

aí, outra oportunidade de trabalho com as crianças: tomar contato com seu contexto sociocultural para discutir os saberes da sua comunidade, fazendo disso uma oportunidade para tanto conhecer a realidade quanto pensar criticamente sobre ela.

É importante dar destaque à necessidade de se trabalhar de maneira organizada na realização de atividades científicas. O método é um aspecto fundamental da Ciência e deve, é claro, ser adequado ao nível de ensino em que se está trabalhando. O importante é mostrar que devem observadas as regras na realização, por exemplo, de experimentos científicos.

Considerando tudo o que é essencial para uma Alfabetização Científica, podemos perceber a importância do professor alfabetizador não só como mediador do desenvolvimento da escrita e da leitura das crianças, mas também fundamentalmente, da discussão da relação dos conhecimentos científicos com as práticas sociais no âmbito da vida nos ambientes e do desenvolvimento tecnológico. Assim, é importante que os conhecimentos científicos sejam construídos estudando-se conceitos teóricos com base na realidade, uma vez que os problemas mais significativos para a humanidade partem da prática social

Caderno nº 9: “Ciências Humanas no Ciclo de Alfabetização”

A reflexão aqui perpassa sobre disciplinas como Geografia e História, dialogando com os conceitos de outras áreas que podem auxiliar as crianças a ampliar a compreensão sobre o mundo social, criando o pensar historicamente, a identidade cultural, a relação com a natureza e localização de tempo e espaço.

Os objetivos deste material visam situar acontecimentos históricos e geográficos, localizando-os em diversos espaços e tempos. Relacionar sociedade e natureza reconhecendo suas interações e procedimentos na organização dos espaços, presentes tanto no cotidiano quanto em outros contextos históricos e geográficos, identificando as relações sociais no grupo de convívio, de sua comunidade, localidade, região e país. Faz-se também identificar outras manifestações estabelecidas em diferentes tempos e espaços, conhecer e respeitar os modos de vida (crenças, alimentação, vestuário, fala e etc.) de grupos diversos, em diferentes tempos e espaços. Apropriar-se de métodos de pesquisa e de produção de textos das Ciências Humanas, aprendendo a observar, analisar, ler e interpretar diferentes paisagens, registros escritos, iconográficos e sonoros e elaborar explicações sobre os conhecimentos históricos e geográficos utilizando a diversidade de linguagens e meios disponíveis de documentação e registro.

Ainda na ludicidade comparecem as cantigas. A musicalidade, o som propriamente dito e a letra, foram reconhecidas no primeiro relato e nos textos de aprofundamento como desencadeadoras de práticas pedagógicas. Desde a infância, a música desperta a atenção e atrai as crianças, sendo que cantigas de roda, acalantos, parlendas e quadrinhas integram suas vivências. A música pode permitir conexões entre o mundo retratado na sua letra e o cotidiano do aluno, por traduzir dilemas e ideologias do artista que a produz e da sociedade que a consome. “Essa linguagem permite aproximações com



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

as realidades vivenciadas pelos alunos e suas famílias, podendo se transformar em instrumentos de aprendizagem e possibilidade de discussão da História” (FONSECA, 2012, p. 62).

Do mesmo modo, em Geografia possibilitam a abordagem de diferentes temáticas, como: trabalho, migração, mentalidade, cotidiano, costumes, modos de vida, etc., como tratado nos textos que compõem este Caderno e nos relatos compartilhados nessa seção. Em síntese, o ensino de Geografia compareceu nos dois relatos e construir história ficou mais destacado no primeiro, pelas diferenças e semelhanças entre o passado e o futuro. O que se distancia e o que se aproxima da vida atual é um modo de compreender a existência de diferentes tempos em que acontecem diferentes situações, mudanças nas paisagens, nos modos de vida das pessoas, e o entendimento que não há apenas o melhor e o pior, como se sempre tivéssemos que emitir juízo de valor.

A unidade traz atividades que tratam o antes e o depois contribuindo para mostrar condições vida e modos de viver, que podem ser diferentes, mas também semelhantes. Ajuda, ainda, a entender as relações entre passado-presente pela percepção de mudanças, permanências, do modo como as coisas permanecem em nossas vidas, quais as diferenças e semelhanças entre lugares e tempos históricos distintos. As experiências expostas nesta unidade se mostram como um convite para que o ensino ocorra de maneira a conhecer histórias e lugares.

Caderno nº 10: “Integrando Saberes”

Com a finalidade de apoiar o trabalho docente no PNAIC, este último caderno trouxe como objetivo apresentar uma coletânea de relatos e experiências as discussões de todos os temas adotados durante todo ano, tratou-se de uma oportunidade da retomada de todos os conceitos trabalhados, outras experiências e realidades que auxiliam na reflexão sobre a própria prática.

Objetivos deste caderno visam refletir sobre a integração dos saberes nos processos de alfabetização das crianças no contexto geral de todos os outros cadernos, refletir sobre a avaliação escolar e a criação de instrumentos de registro e sobre os princípios fundamentais do PNAIC. Além de fornecer subsídios para o planejamento no âmbito do PNAIC para os próximos anos avaliando o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Esta seção destacou-se por apresentar relatos de experiências, planejamentos e práticas realizadas por professoras alfabetizadoras que organizaram seu trabalho pedagógico e desenvolveram suas atividades na perspectiva da realização se baseando neste material de maneira contextualizada e lúdica, desenvolvendo um trabalho interdisciplinar envolvendo conhecimentos de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Humanas.

O objetivo deste material ao apresentar os relatos das professoras foi na intenção de abrir possibilidades para discussão e reflexão sobre a integração de saberes construídos pelos professores ao longo do processo de formação do PNAIC, referentes à alfabetização em seus mais diferentes aspectos, tais como o ensino dos conteúdos curriculares do Ciclo de Alfabetização, organização do



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

trabalho escolar, encaminhamentos metodológicos, recursos didáticos, o universo da criança em geral em termos e direitos e tempos de aprendizagem.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta estratégica de formação docente oportunizada pelo PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na idade certa sem sombra de dúvida nos leva a compreender refletir e analisar dentro do objetivo desta pesquisa que o papel do professor e sua valorização enfatizada na sua identidade profissional faz-se pela sua própria busca como agente de transformação da educação.

Os benefícios e ganhos para uma instituição educacional que possui um profissional qualificado são inúmeros, tanto politicamente como socialmente, porque revelam que a mesma se preocupa neste aspecto apresentando-se comprometida relacionalmente com a qualidade do ensino de seus professores e alunos visando atingir resultados satisfatórios nas avaliações externas e a satisfação da comunidade escolar.

A sintetização dos dez cadernos possibilitou compreender a proposta de formação continuada na perspectiva do PNAIC como decisiva e fundamental na educação de qualidade dos educandos. O Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa, no aspecto formativo, se configura como uma política pública educacional que veio contribuir positivamente no ciclo alfabetizador e na formação de professores de uma nova época que buscam pesquisar constantemente à fim de aprimorarem e atualizarem sua prática pedagógica.

O PNAIC também contribuiu direta e indiretamente para a melhoria dos índices nacionais aferidos por meio das avaliações em larga escala, mediante constatação de resultados e avanços significativos, ultrapassando metas estipuladas, segundo dados do IDEB, uma vez que durante o período de existência do programa, o Brasil avançou, ainda que timidamente, nestes indicadores, o que demanda, por sua vez, pesquisas mais específicas para determinarem a real contribuição de propostas como estas, É possível afirmar que isso se deu pelo trabalho que o professor foi capaz de realizar ao se profissionalizar com o curso sendo responsável por sua formação e dando continuidade em processo de auto avaliação e conseqüentemente no estudo para construção de novas metodologias e práticas que impliquem no resultado positivo e satisfatório dos alunos sob avaliações nacionais

Portanto, faz-se necessário também que o governo sempre propicie recursos e persista em fomentar políticas públicas educacionais assim como o Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa, investindo cada vez mais em Educação e aprimoramento da capacitação profissional dos Educadores a fim de subsidiar e valorizar o trabalho docente dos mesmos dando suporte e continuidade aos programas de formação continuada em benefício de uma Educação realmente transformadora e ressignificativa para o Brasil.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) A PARTIR DOS CADERNOS DE FORMAÇÃO
 Philippe Drumond Vilas Boas Tavares, Carolina Wittig Costa

REFERÊNCIAS

BARROS, F. Formadores dos Processos de RVCC, do ingresso na Iniciativa: Novas Oportunidades às expectativas no futuro. *In.*: LOPES, A. et al. (orgs.) **Trabalho Docente e Formação: Políticas, Práticas e Investigação: pontes para a mudança**. Porto – Portugal: Centro de Investigação e Intervenção Educativas Universidade do Porto, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Brasília: [S. e.], 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Geral do Pró-Letramento**. Brasília: [S. e.], 2010.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012**. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Brasília: [S. e.], 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação. Brasília: [S. e.], 2014.

BRASIL. MEC – Ministério da Educação. **Cadernos Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília: [S. e.], 2015.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação continuada de professores: Tendências atuais. *In.*: REALI, Aline Maria de M. R.; MIZUKAMI, Maria das Graças N. (Orgs.). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EDUFSCar, 1997.

DEMO, Pedro. **Educar Pela Pesquisa**. 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**, 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NÓVOA, Antonio. **Notas sobre formação (contínua) de professores**. Manuscrito inédito. 1994.

SANMARTÍ, Neus. **Avaliar para aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2009.